

E AGORA, BRASIL?

Sem prestígio internacional

Imagem do Brasil no exterior se degradou; especialistas falam em erosão da democracia e da política ambiental

» CRISTIANE NOBERTO

O ex-ministro das Relações Exteriores Ernesto Araújo cunhou um nome ao Brasil que colou como chiclete na imagem internacional. “Que sejamos pária”, disse o diplomata ao falar sobre o papel do país no mundo. Ao mitigar políticas ambientais e deteriorar a democracia nos últimos três anos, o solo tupiniquim se colocou à margem da sociedade internacional. A questão, no entanto, vai além da fala de um embaixador. O presidente Jair Bolsonaro (PL) se tornou um chefe de Estado contestado pela comunidade internacional. Bolsonaro se utiliza de dados sem comprovação ou equivocados sobre a Amazônia — o que preocupa a maioria dos chefes de Estado. Desde sua primeira aparição para o mundo no Fórum Econômico Mundial, ocorrida em Davos, na Suíça, em janeiro de 2019, já parecia um “estranho no ninho”.

Para Alexandre Uehara, doutor em ciência política e coordenador do centro brasileiro de negócios internacionais da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), o Brasil chegou a situação de pária porque falta percepção do governo sobre quem é o Brasil no cenário internacional e como são as relações com os outros países. De acordo com o especialista, a percepção do Executivo é “muito presunçosa”. “Como se o Brasil fosse um país totalmente independente e que pudesse viver sem as relações com os demais países”, afirmou.

Uehara aponta que não se pode ignorar a dependência do Brasil frente às outras nações. “Apesar de ser considerado um país pujante, ainda é uma economia fechada. O governo considera que pode fazer o que desejar sem prestar contas à comunidade internacional, o que não é verdade,

isso terá consequências nas relações com os demais países”, disse.

Chave

Além de implodir a democracia brasileira, Bolsonaro se afasta da principal política de alinhamento internacional com o Brasil: o meio ambiente. A falta de conhecimento e apresentação de dados imprecisos sobre a Amazônia pelo presidente brasileiro são um soco no estômago do Brasil na comunidade internacional. Além disso, o país deixou importantes acordos como o de Paris e do Pacto Global das Migrações.

“O Brasil nunca protestou. Medidas não foram tomadas para proteger, ou praticar política antidumping. Daí vieram uma série de medidas ilegais. Ele começou a passar um trator em cima das entidades. Demitiu o diretor do Inpe porque os dados da Amazônia estavam “errados”, além de desmantelar as organizações ambientais. Bolsonaro já estava grifado no mundo por sua postura ambiental”, avalia Paulo Roberto Almeida, diplomata e ex-presidente do Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (Ipri).

O afastamento das questões ambientais também preocupa o legislativo. De acordo com o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), a imagem desgastada do Brasil no exterior é resultado, em primeiro lugar, da má gestão do meio ambiente brasileiro e as consequências são graves. “Há projetos importantes como a lei de licenciamento ambiental, da grilagem e a do agrotóxico. Essas pautas deverão ser debatidas independentemente do governo para o ano que se inicia”, afirmou ao **Correio**.

O líder da Frente Parlamentar Ambientalista, deputado Rodrigo Agostinho (PSB-SP), afirma que o colegiado acompanha mais de mil projetos ambientais. “Existem



CINCO SÃO DE INTERESSE INTERNACIONAL

Lei de licenciamento ambiental (PL 3729/04)

■ Onde está? Senado Federal

■ **O que diz a proposta:** Estabelece normas gerais para o licenciamento de atividade ou de empreendimento utilizador de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidor ou capaz de causar degradação do meio ambiente. Iniciado na Câmara dos Deputados, o texto está há 17 anos em trâmite no Congresso Nacional.

Lei da Grilagem (PL 2633/20)

■ Onde está? Senado Federal

■ **O que diz a proposta:** Altera a Lei 11.952/09, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da Amazônia Legal; a Lei 8.666/93, sobre licitações e contratos da administração pública; e a Lei 6.015/73, que dispõe sobre os registros públicos; a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária.

Fonte: Câmara dos Deputados e Senado Federal

5 propostas que chamam a atenção internacional: a lei de licenciamento ambiental e a lei da grilagem que estão no Senado, as propostas que acabam com terras indígenas, a legislação de mineração e a lei do veneno. Uma parte será aprovada e a última esperança será o Judiciário. O preço será caro pois teremos muita retaliação comercial. A Europa já

está tirando produtos brasileiros das prateleiras”, frisou.

Economia internacional

A deterioração do PIB também é um ponto no qual o atual governo chama a atenção da comunidade internacional. No índice de liberdade econômica do *think-thank* Heritage Foundation

Demarcação de terras indígenas (PL 490/07)

■ Onde está? Câmara dos Deputados

■ **O que diz a proposta:** Transfere do Poder Executivo para o Legislativo a competência para realizar demarcações de terras indígenas. A proposta altera o Estatuto do Índio que diz que a Funai é a responsável pela demarcação das terras. O texto ainda dispõe sobre questões do marco temporal.

Mineração em terras indígenas (PL 191/20)

■ Onde está? Câmara dos Deputados

■ **O que diz a proposta:** Visa estabelecer as condições específicas para a realização da pesquisa e da lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e para o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas e institui a indenização pela restrição do usufruto de terras indígenas.

Lei do Veneno (PL 6299/02)

■ Onde está? Câmara dos Deputados

■ **O que diz a proposta:** Vindo do Senado Federal em 1999, o texto dispõe que o registro prévio do agrotóxico será o do princípio ativo e dá competência à União para legislar sobre destruição de embalagem do defensivo agrícola.

China, principal parceiro comercial, esta é a pior relação dos últimos anos. Segundo Alexandre Uehara, o Brasil se coloca como imprescindível para a China, o que não é verdade. “O Brasil hoje depende muito mais da China do que o oposto”, disse. Segundo o especialista, as relações do Brasil com a Ásia ainda é tímida. “O que falta ao Brasil, é olhar com mais cuidado para os países asiáticos de uma forma geral, dado que o mundo percebe a região como o futuro. O Brasil precisa de planejamento”, avaliou.

Cidadão prejudicado

A situação afeta a vida do cidadão comum. Paulo Roberto destaca que o impacto da falta de articulação internacional é “muito grave para os brasileiros”. De acordo com o ex-embaixador, “há impactos no comércio, na gestão sanitária e no Orçamento Público. Mandaram o Exército fazer toneladas de cloroquina, desperdiçando dinheiro. Há impacto no programa interno, erosão da democracia, ataque a instituições. No plano da credibilidade humana é um pária de direito e de fato. Na questão comercial, toda vez que ele (Bolsonaro) falava, o real caía e o dólar subia.

O custo dessa reconstrução de credibilidade ainda é incerto. Para Alcides Costa Vaz, professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, é possível, mas demandará um grande esforço. “Há no seio da comunidade internacional o reconhecimento de que os atuais posições do Brasil não são condizentes com aquelas tradicionalmente perseguiu. Antes de mais nada é necessário uma mudança no comando da política externa, resgatando as suas posições tradicionais, procurando reinserir o país nos principais fóruns de negociação multilateral a uma agenda global.

» Entrevista | IZABELLA TEIXEIRA | EX-MINISTRA DO MEIO AMBIENTE

Imagem negativa é fruto da polarização

Isabella Teixeira esteve à frente do ministério do Meio Ambiente entre 2010 e 2016, nos governos petistas de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, e também na gestão de Michel Temer (MDB). Bióloga de formação, é mestre em Planejamento Energético e doutora em Planejamento Ambiental pela COPPE/UFRJ. Em 2013, ganhou o Prêmio Global “Campeões da Terra”, da ONU Meio Ambiente, pela sua contribuição para reduzir o desmatamento na Amazônia.

A especialista aponta que o mundo não vê o Brasil como pária, pois a contribuição dos recursos ambientais do país é essencial para a sustentação da Terra. Para a ex-ministra, a imagem negativa é “construída pelo atual governo para acirrar polarizações e fazer avançar discursos negacionistas”. Segundo Teixeira, o mundo perdeu a paciência com o governo do Brasil e não com a sua sociedade. “A importância do Brasil para o mundo diz respeito à contemporaneidade da humanidade que envolve uma nova relação do homem com a natureza, à segurança climática e às soluções para a sustentabilidade do desenvolvimento global”, frisou.

Confira trechos da conversa de Isabella Teixeira com o **Correio**

Como a senhora vê a imagem do Brasil no mundo com relação ao meio ambiente?

O Brasil começou a consolidar a trajetória internacional de meio ambiente no final do século 20. Em 1992, sediou a Conferência

das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, quando foi negociado o primeiro programa de cooperação internacional dedicado à formulação de políticas públicas socioambientais para a Amazônia — o Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais — PPG7. Em 2012, lideramos a Conferência Rio +20, com a adoção dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável — ODS e, em seguida, da Agenda 2030. A evolução das políticas públicas ambientais permitiram avanços na gestão ambiental pública no Brasil bem como a consolidação da expressão de soft power na política externa brasileira. Agora, infelizmente, vivemos um retrocesso. A destruição da política de meio ambiente e clima no Brasil não tem precedentes. Inventou-se o fake green. A preocupação das autoridades brasileiras é de definir “narrativas circunstanciais” para buscar conter danos de imagem. O governo brasileiro não quer lidar com meio ambiente e clima. Em Glasgow, na COP26, observamos literalmente um comportamento “para inglês ver”. Um país que tirou fotos com o mundo e que assumiu compromissos voluntários sem qualquer transparência ou estratégia de implementação. Até na revisão dos planos de ações climáticas, fez um mero ajuste de números e não apresentou qualquer nova ambição de mitigação como preconizava a COP 26. Os únicos

EVARISTO SA



Para a especialista, “Brasil está de joelhos ante o mundo”

esforços políticos que lembram o Brasil do passado foram da diplomacia brasileira, limitada pela mediocridade das políticas ambientais e climáticas de hoje. Essa percepção de um Brasil menor e pouco solidário com o mundo ficou consolidada recentemente com a omissão das taxas de desmatamento na Amazônia. O mundo perdeu a paciência e a confiança no Brasil.

O Brasil defende interesses nacionais nessa área?

O Brasil é um país continental, heterogêneo e assimétrico, mas com grande capacidade política, institucional, legal e científica de definir os seus interesses. Também, é parte de uma ordem

internacional, signatário do Sistema da ONU, e com base nos seus interesses nacionais sempre soube construir o seu espaço no mundo, a sua inserção internacional. Reconhecido pela qualidade da sua diplomacia e da sua ciência, sempre exerceu liderança internacional na agenda ambiental e climática, exatamente pela capacidade de construir convergências e soluções. Foi o país que fez a diferença, em 2010, ao liderar a negociação do Protocolo de Nagoya, que regula o acesso ao patrimônio genético e abre as portas para a bioeconomia. É o país G1 em biodiversidade do planeta. Detentor de recursos naturais expressivos e de duas florestas tropicais — a Amazônia e

a Mata Atlântica, além de ecossistemas costeiros e marinhos. Mas o Brasil de hoje faz exatamente o contrário: entrega as suas riquezas para o crime ambiental expresso no desmatamento da Amazônia, no garimpo ilegal de ouro e de diamante, na grilagem de terras públicas, na poluição de rios e de solos e na exploração descontrolada de recursos ambientais, como a de recursos biológicos pesqueiros. Quem está destruindo o meio ambiente no Brasil não são os estrangeiros e sim brasileiros que atuam na ilegalidade e se apropriam do patrimônio público.

Como o Brasil contribui para o futuro do planeta?

O mundo enfrenta hoje uma tripla crise ambiental: a climática, a perda da biodiversidade e a poluição ambiental. Com uma população estimada de cerca de 10 bilhões de pessoas no planeta até 2050, a ciência revela que não há como lidar com a demanda por recursos naturais se a humanidade não mudar os atuais caminhos de desenvolvimento. Essa é a discussão-chave contemporânea: como promover desenvolvimento com inclusão social e resiliência climática? O Brasil deveria estar discutindo novos rumos de desenvolvimento e buscando soluções contemporâneas. O atual debate climático promovido por algumas autoridades no Brasil é uma armadilha para os tolos. Um dos argumentos é que o Brasil historicamente é responsável por 3% das emissões globais acumuladas e que o mundo deveria ser mais “tolerante” com o país. Essa visão seria cabível se o regime climático vigente fosse o Protocolo de Quioto e não o

Acordo de Paris. Graças à retomada do desmatamento da Amazônia, o Brasil está entre os 10 países que mais emitem no planeta e tem cerca de 50% das suas emissões associadas ao crime. Não estamos entre os maiores emissores por conta somente de modelos econômicos, mas sim do crime ambiental, da sonegação fiscal, do trabalho escravo, do comércio ilegal de ouro e de madeira, além da grilagem de terras públicas. Isso explica a estranheza do mundo em relação ao Brasil. Desde 2019, o Brasil entrega o aumento de desmatamento promovendo políticas ambientais equivocadas e insuficiências na gestão pública de meio ambiente. O país que sempre ocupou papel global estratégico nas políticas ambientais é visto com grande desconfiança e sem credibilidade. É um país de joelhos na agenda ambiental internacional.

Quais os impactos que a atual política de meio ambiente pode causar?

O Brasil é um país que tem alternativas para os seus processos de desenvolvimento e isso acontece devido à generosidade da natureza. Portanto, proteger o meio ambiente é um ativo estratégico para os nossos interesses nacionais e para a nossa inserção internacional. Florestas protegidas significam segurança hídrica para os brasileiros e segurança climática para o Brasil e para o mundo. A década de 2020 a 2030 é estratégica para essas novas escolhas do Brasil. Não adianta empurrar com a barriga. O mundo precisa do Brasil de volta. E, como eu gosto de dizer, a Amazônia põe o Brasil no mundo. (CN)